

SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SETE LAGOAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Alessandra Regina de Souza¹

1 INTRODUÇÃO

A política pública de Assistência Social tem como objetivo garantir os direitos dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, seja ela na esfera da prevenção da violência, sob forma de violações constatadas, nos acolhimentos institucionais e em situações emergenciais, como: desmoronamentos, fome, catástrofes, morte dentre outros.

A importância de uma rede entrelaçada e fortalecida se dá na garantia de direitos dos cidadãos que utilizam os serviços públicos. E para tal faz-se necessário profissionais que sejam capacitados a desenvolver tais atividades.

Falar de saúde mental do trabalhador requer um olhar mais atento, pois ninguém melhor que o colaborador do serviço público para discorrer de seu cotidiano no enfrentamento das demandas diárias e relacioná-las com sua qualidade de vida, isto é, seu ambiente de trabalho configura-se como um espaço de desafios e bons relacionamentos? Ou caracteriza-se como elemento de adoecimento e sofrimento? Pois como profissional da Assistência Social, este sujeito cuida das fragilidades de diversos indivíduos, e estas pessoas precisam estar com a saúde mental resguardada e amparada, porém, o profissional dessa área também deve estar bem física e psicologicamente para desempenhar um acolhimento digno e humanizador.

A ideia precípua do trabalho é identificar quais são as formas mais recorrentes de adoecimento mental do trabalhador da Assistência Social em Sete Lagoas, além de apresentar os equipamentos da Assistência Social no município setelagoano e apresentar as possibilidades e estratégias da Psicologia como forma de prevenção e manutenção de saúde mental do trabalhador da Assistência Social em Sete Lagoas.

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas – Minas Gerais. *E-mail:* allesouzapsi@gmail.com.

O presente trabalho pretende trazer uma reflexão acerca da atuação da Psicologia no contexto de qual é o incômodo que o colaborador da Assistência Social de Sete Lagoas vivencia, quais são suas angústias, medos e frustrações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sobre os percalços da Assistência Social em se configurar como uma política pública efetiva no país, é interessante analisar como era vista pela população e como aqueles que tinham privilégios a utilizavam-na. Segundo Costa (2017) “inicialmente, a assistência prestada à população era considerada com descrédito, da mesma forma, como troca de favores, piedade e esmolas”.

Em outras palavras, a Assistência Social recebia a pecha de assistencialismo, isto é, era utilizada como plataforma política para angariar votos, distribuição de alimentos, donativos, remédios (COSTA, 2017). Porém, com a implementação da Constituição Federal de 1988, a assistência social deixa ser vista apenas como uma ajuda às pessoas e finalmente é reconhecida como um direito a todos cidadãos brasileiros tornando-se uma política pública, um direito de todo cidadão que dela necessitar.

Com isso é criada a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), constituindo-se como um direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) é a unidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) responsável pela gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua finalidade é consolidar a Assistência Social como definida na Constituição Federal de 1988: um direito universal, destinado a todos os cidadãos que dela necessitarem independentemente de contribuições à seguridade social (BRASÍLIA, 2017, p. 1).

O SUAS possui um modelo de gestão participativa e articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

A Assistência Social é uma das Políticas Públicas que tem como objetivo acolher, promover, garantir e assegurar o direito do usuário que dela necessitar. Assim sendo, a porta de entrada é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que está inserido na proteção básica, trabalhando assim com a prevenção da violação de direitos e fortalecimento de vínculos. Em seguida temos o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) que atua quando o usuário já está com seus direitos ou vínculos familiares violados, atuando na violação destes com possibilidades de superação do mesmo.

Há vários profissionais que atuam neste universo da Assistência Social e o profissional da Psicologia está inserido neste. De acordo com (Faraj, Siqueira e Arpini, 2016, *apud*, Almeida & Goto, 2011; Faraj & Siqueira, 2012; Miron & Guareschi, 2013; Yamamoto & Oliveira, 2010) “a atuação do psicólogo no âmbito da Assistência Social, em especial no CREAS, tem sido objeto de discussões e estudo”. Isso nos dá uma ideia o quão importante a presença de tais profissionais na seara das políticas públicas brasileiras.

A atuação do psicólogo da Assistência Social ser considerada recente no Brasil. Apesar de relevante e de se constituir como uma ampliação necessária do campo profissional mais direto com as questões sociais, essa realidade ainda impõe inúmeros desafios e problemas aos profissionais (SENRA e GUZZO, 2012, p. 293).

Como citado no trecho acima, a Psicologia, principalmente no Brasil sempre esteve distante da realidade dos indivíduos, servindo de seus préstimos para um núcleo bem reduzido e elitizado. Para Martin-Baró (1996) “apesar dos esforços, confirma o quanto a psicologia, como ciência e profissão, manteve um distanciamento histórico das questões sociais considerando as individuais como centrais”.

A situação se reverte no momento que a Psicologia e seus profissionais se deparam com a entrada dessa ciência no contexto das políticas públicas e passam a ter o exato tamanho da problemática brasileira que envolve milhares de cidadãos excluídos do sistema de Assistência Social (PAIVA; YAMAMOTO, 2010).

O deslocamento dos psicólogos de seu hábitat, puramente individualizado, elitizado e de suas clínicas para espaços públicos tem recrudescido, seguindo para

organizações não-governamentais e para as áreas de atendimento do poder público (SENRA; GUZZO, 2012). Outro ponto que deve ser salientado acerca do engajamento destes profissionais no setor público deve-se a um papel marcante na luta por políticas antimanicomiais, isto é, reformulação de um novo modelo de assistência psiquiátrica que garantiu aos internos um atendimento e acolhimento mais humanizado, além da garantia de direitos.

Segundo Senra e Guzzo (2012) “a inserção do psicólogo na Assistência Social oficializa-se no país, portanto, por intermédio do SUAS, como um dos profissionais, que devem compor as equipes dos CRAS e dos CREAS”. Porém com a chegada dos profissionais da Psicologia na área da saúde pública suscitou embates e discussões acerca de comparações com os profissionais do Serviço Social e também da preparação desses indivíduos para atuarem em áreas de vulnerabilidade social.

Sobre os tensionamentos que cercam estas duas áreas e suas ações:

Psicólogos e Assistentes Sociais questionam-se uns aos outros sobre seus papéis e funções diante da realidade com que têm de lidar no cotidiano do trabalho. Diante dos questionamentos, surgem inúmeras dificuldades quanto às possibilidades de intervenção no campo sem que sejam aprofundadas de modo coletivo (SENRA, 2005).

Com o aumento expressivo dos psicólogos na área da Assistência Social, por intermédio do SUAS, Senra e Guzzo (2012) argumentam que “não basta o ingresso dos profissionais da psicologia no campo. É preciso mais acompanhamento e formação para a intervenção com uma análise crítica da realidade social e política”.

No campo de atuação dos psicólogos no seguimento da Assistência Social, a trajetória da proteção social vem demonstrando as mesmas peculiaridades, sendo que ainda faltam delineamentos capazes de esclarecer e qualificar as possibilidades de sua atuação (BOTARELLI, 2008p. 34).

Sobre a inserção do profissional da psicologia em espaços de grande vulnerabilidade social marcados pela ampla desigualdade, violência e ausência do aparato público do Estado, cabe ao psicólogo reconsiderar suas metodologias e ações a serem empregadas em tais territórios para fazer uma leitura social da realidade que passará a ter contato (SENRA; GUZZO, 2012).

Uma das maneiras para garantir a entrada e a permanência dos psicólogos no trabalho efetivo com a Assistência Social e o contato com as desigualdades sociais, que eles teriam de confrontar, foi criado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Segundo Barotelli, o CREPOP:

[...] tem como referência, diretrizes e ideias produzidas coletivamente, seu propósito tem sido ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública, expandindo a colaboração profissional por meio de três diretrizes: recursos de gestão, pesquisa permanente em políticas públicas e investigação da prática profissional (BAROTELLI, 2008, p. 47).

Com a implementação das políticas públicas no país, o psicólogo como profissional atuante no sistema de Assistência Social tem o dever de fortalecer os direitos dos sujeitos, principalmente aqueles à margem da sociedade (CREPOP, 2008).

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros - contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania (CREPOP, 2008, p. 22).

Já se sabe que as relações de trabalho compõem uma linha tênue entre o Serviço Social e a Psicologia e isto decorre atualmente pelo ambiente precarizado que se encontram tais profissionais, incluindo também os usuários assistidos.

Um cenário destes torna a vida da população trabalhadora e mais pobre um tormento, uma vez que o desemprego bate à porta dessas famílias, a saída se torna o já tão famoso mercado informal e também uma nova nomenclatura para as já tão precárias relações de trabalho: a *uberização*. Sobre essa precarização do trabalho, Antunes já discorria sobre essa questão no começo dos anos 2000. Segundo ele:

Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados que hoje atinge também os países do Norte (ANTUNES, 2000, p. 36).

E ainda:

[...] hoje vivemos a condição de precarização do trabalho, que é um processo multidimensional de institucionalização da instabilidade, caracterizado pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão. Ela se apoia na diminuição dos custos de produção a partir da flexibilização do trabalho, isto é, na diminuição social de proteção do trabalhador e na destituição dos direitos políticos e sociais, que se instaura pela via da precarização do emprego e do trabalho (VIEIRA e SOGAME, 2019, p. 2).

Com a precarização do trabalho e ultimamente com o advento da pandemia do COVID-19, que assola o cotidiano do trabalhador-usuário e também dos profissionais da saúde (Assistentes Sociais e Psicólogos), o que se percebe é uma carga intensa de dor e sofrimento psíquico desses sujeitos. De acordo com Perez *et al.* (2017) “têm mostrado que muitas pessoas que sofrem em função de sua profissão

e têm manifestado diversos sintomas e, até mesmo adoecimento psíquico não têm encontrado acolhimento de sua “dor” nos serviços de saúde do SUS”.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho baseia-se na pesquisa qualitativa e seus objetivos metodológicos possuem enfoques descritivo e exploratório, além da inserção de uma pesquisa de campo, que tem a pretensão de descrever e apresentar as formas como o funcionário público da Assistência Social de Sete Lagoas lida com a saúde mental no ambiente de trabalho onde ele tem acesso e atende uma população com níveis de vulnerabilidade social e de baixa renda.

A opção pelo método qualitativo foi a escolhida, pois não há como realizar uma mensuração quantitativa, uma vez que retrata a vivência, sentimentos e comportamento de cada funcionário público da Assistência Social de Sete Lagoas. De acordo com Gil (2008) “o método utilizado será indutivo, que considera um número de casos particulares para buscar explicações gerais”.

Serão convidados 10 funcionários da Assistência Social de Sete Lagoas que possuem a idade entre 18 a 65 anos de ambos os sexos. Como critério para esta pesquisa será utilizado somente dados de funcionários que estejam atuando no momento desta pesquisa e que tiveram um histórico de adoecimento mental devido ao ambiente de trabalho. O contato com esse funcionário se dará por um convite.

Como sujeitos participantes da pesquisa serão convidadas algumas pessoas, onde será empregado o método conhecido como bola de neve, onde um participante indica outro para conseguir o total da amostra desejada.

[...] é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amizades dos membros existentes na amostra. Este tipo de método baseado na indicação de um indivíduo de um ou mais outros indivíduos é também conhecido como método de cadeia de referência. O processo começa de um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para a amostra. Segue-se assim sucessivamente, até que se alcance o tamanho amostral desejado (DEWES, 2013, p. 7).

Para a coleta de dados será realizado um questionário semiestruturado com perguntas que busque identificar os desafios e as fragilidades em se trabalhar no

contexto apresentado. Também será produzida uma entrevista semiestruturada com alguns funcionários da Assistência Social de Sete Lagoas, na busca por respostas que procurem analisar as informações que tal grupo possui acerca sobre os equipamentos e seu ponto de vista de em algum momento se estabelecer em tal ambiente.

Também será aplicada nesta pesquisa, a técnica qualitativa conhecida como análise de dados. Tendo como seu precursor Laurence Bardin. De acordo com Bardin (2011) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Realizar-se-á a análise dos materiais em um primeiro momento, depois será empreendida uma leitura para se ter conhecimentos dos resultados. Após tal leitura, os resultados serão apresentados em forma de categorias. Esta forma de análise de conteúdo é muito utilizada em pesquisas qualitativas, pois permite o aprofundamento da análise dos dados pelo pesquisador (BARDIN, 2011).

A pesquisa será submetida ao comitê de ética da plataforma Brasil, conforme posto na resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, respeitando os preceitos éticos das pesquisas com seres humanos.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta resolução (BRASIL, 2016, [s. p.]).

4 CRONOGRAMA E CUSTOS

4.1 CRONOGRAMA

Quadro 1- Cronograma de pesquisa para o ano de 2020 ao ano de 2021.

Atividades Desenvolvidas	Período de Agosto de 2020 a Julho de 2021
--------------------------	---

	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
--	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Artigo à Banca													
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Estimativa de Pesquisa

4.2 CUSTOS

Quadro 2 – Cálculo dos custos de materiais para a pesquisa

Materiais	Valor (R\$)
Internet	80,00
Folha A4	28,00
Pen Drive	35,00
Impressão	45,00
Transporte	90,00
Alimentação	100,00
Total	278,00

Fonte: Estimativa de Pesquisa

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: CLACSO (Argentina). **La ciudadanía negada: políticas de exclusión em la educación y el trabajo**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 35-48. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. (Persona Psicologia).

BRASÍLIA. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (ed.). **Relatório de gestão do exercício de 2016**. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2016000400757&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Resolução CNS Nº 510/2016: procedimentos metodológicos característicos das áreas de ciências humanas e**

sociais. 98. ed. Brasília, 24 maio 2016. Seção 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 07 nov. 2020.

BOTARELLI, Adalberto. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis**. 2008. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17265/1/Adalberto%20Botarelli.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para a atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. 2 ed. Brasília: CFP, 2008. 60 p. Disponível em: encurtador.com.br/hO378. Acesso em: 07 nov. 2020.

COSTA, Elizama Franciane da. A importância do psicólogo no CRAS: um estudo de revisão. **Uningá**, Maringá, v. 53, n. 1, p. 100-107, jul./set. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Documents/A%20IMPORTANCIA%20DO%20PSICOLOGO%20ONO%20CRAS.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < encurtador.com.br/bghln >. Acessos em: 12 out. 2020.

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. O atendimento psicológico no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e a visão dos operadores do direito e os conselheiros tutelares. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 757-766, out./dez. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/afov0. Acesso em: 07 nov. 2020.

SENRA, Carmen Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 293-299, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 7-27, jan. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PAIVA, Ilana Lemos de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Formação e prática do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 153-160, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/04.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PEREZ, Karine Vanessa *et al.* Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 287-298, jun. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/aCN07. Acesso em: 04 out. 2020.

SENRA, Carmen Magda Ghetti. **Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional**. 2005. 12 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas, Campinas, 2005.

VIEIRA, Rodrigo Eustáquio Telles; SOGAME, Luciana Carraput Machado. O adoecimento mental no trabalho. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Ifes, 2019. p. 1-14. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Documents/Adoecimento%20Mental%20no%20trabalho.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.